UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO

421.409.568-50

GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO:

A INTEROPERABILIDADE ENTRE AS FICHAS DE CATALOGAÇÃO DOS MUSEUS DE ARTE: análise das fichas de catalogação

Florianópolis

2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
1.1 JUSTIFICATIVA 5
1.2 OBJETIVOS 7
1.2.1 Objetivo geral 7
1.2.2 Objetivos específicos 7
1.3 REVISÃO DE LITERATURA 7
1.4 METODOLOGIA 10
REFERÊNCIAS 11

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela temática apresentada neste projeto surgiu a partir da problemática em cima do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), concluído em agosto de 2019, o qual teve como objetivo o estudo de caso da padronização da documentação museológica empregada nos termos de aquisição de acervos do Museu de Arte de Santa Catarina. O trabalho em questão analisou todos os documentos que firmavam as ações de aquisição do museu, denominados estes como Termos de aquisição. Conforme Padilha (2014) a documentação museológica pode ser entendida por meio de dois vieses:

> (...) a documentação do objeto e a **documentação das práticas administrativas do museu**. O primeiro trata da compilação dos dados e do tratamento informacional extraídos de cada objeto adquirido pelo museu, enquanto que o segundo **considera toda a documentação produzida pela instituição para legitimar suas práticas desenvolvidas** (PADILHA, 2014 p. 35).

Neste sentido, discorreu-se ao longo do TCC a importância da padronização da documentação museológica das práticas administrativas, que legitimam o ato de entrada de um acervo para o museu, e que são também a primeira ferramenta que traz consigo informações indispensáveis sobre a história do objeto a ser adquirido.

Após a aquisição do acervo ao museu, o instrumento a ser utilizado na documentação museológica é a Ficha de catalogação. A ficha de catalogação é uma das ferramentas de maior importância da documentação museológica, ela é responsável por registrar o maior número de informações possíveis de um objeto que compõe um acervo de determinada instituição. Através dela pode-se ter um acesso mais profundo de conhecimento sobre cada objeto do acervo, fazendo o levantamento de informações intrínsecas – coletadas através de análises de suas propriedades físicas –, e extrínsecas - que estão para além da forma do objeto e se revelam através de informações contextuais do objeto, levando em consideração toda a trajetória de sua relevância histórica (CÂNDIDO, 2006).

Segundo Moro (1986, p. 80), toda ficha de catalogação, sendo ela mais ou menos detalhada, segue de maneira abrangente a seguinte estrutura:

> Identificação da peça e sua localização no museu;
> História desta peça em função de sua participação no acervo do museu;
> História desta peça em função de sua criação ou descobrimento no tempo e no espaço;
> Descrição da peça quanto a sua característica física;
> Descrição da peça quanto a seu conteúdo, seu uso, sua classificação, sua tipologia e respectivo detalhamento.

A descrição e composição da ficha catalogação se dão a partir da disposição dos campos informacionais, os mesmos podem ser compreendidos por metadados, onde “se

compreende os dados que fazem referência a outros dados, ou seja, trata-se de elementos que permitem a descrição de forma e conteúdo das informações de um objeto/documento" (CAFÉ; PADILHA, 2017, p. 115 apud MARCONDES, 2006).

O principal objetivo dos metadados está em "permitir comunicabilidade e interoperabilidade entre sistemas" (CAFÉ; PADILHA, 2017, p. 115). A interoperabilidade, no que diz respeito a sua definição de maneira abrangente refere-se a "Capacidad intrínseca de dos o más sistemas de organización del conocimiento os sistemas de información, para compartir, intercambiar y buscar datos o información"[1] (BARITE, 2015, p. 89). Definida também pelo dicionário Aurélio, a interoperabilidade é a "capacidade de trabalhar em conjunto que possibilita a interação entre pessoas, sistemas de operação ou organizações, buscando uma troca de informações mais eficiente e produtiva".[2]

Deste modo é perceptível a abrangência no que diz respeito a interoperabilidade, a qual pode estar ligada à diferentes níveis, desde que haja uma interação entre os sujeitos trabalhados. Ela pode ser classificada então como: "técnica, semântica, organizacional, política e humana, intercomunitária, legal e internacional" (ANDRADE; CERVANTES, 2012, p. 154). Contudo, o que se pretende estudar aqui, é a Interoperabilidade semântica, a qual melhor se aplica ao conteúdo a ser abordado. A vista disto, a interoperabilidade semântica é:

> a capacidade dos sistemas de informação (bibliotecas digitais e repositórios institucionais) para intercambiar informações baseando-se em um significado comum dos termos e expressões contidas nos metadados e documentos, com o objetivo de assegurar a consistência, a representação e a recuperação dos conteúdos. Isto envolve o uso de esquemas semânticos que incluem vocabulários controlados [...] (ANDRADE; CERVANTES, 2012, p. 154 apud. GÓMEZ DUEÑAS, 2012, p. 3).[3]

Buscando então essa intercambiação de informações, a fim de garantir também a recuperação da mesma, é necessário que os sistemas trabalhem em cima de vocabulários controlados, os quais têm por função "organizar a informação e prover terminologia para a catalogação e recuperação de informação" (HARPRING 2010, p. 37). Neste sentido, o uso devido de uma padronização aplicada as fichas de catalogação podem garantir melhorias no que compete a ações da documentação institucional, proporcionando também um acesso mais amplo, preciso e fácil no trato informacional. Garantindo um bom gerenciamento institucional.

---

[1] Capacidade intrínseca de dois ou mais sistemas de organização do conhecimento ou sistemas de informação, para compartilhar, trocar e pesquisar dados ou informações (Tradução nossa).

[2] Disponível em < https://www.dicio.com.br/interoperabilidade/ > Acesso em 23 de mar. de 2020.

[3] Incluem-se ali também, os museus, os quais são detentores de sistemas de documentação de acervos.

O projeto em questão busca apresentar a necessidade de trazer a problemática da análise das fichas de catalogação utilizadas em dois importantes museus de arte do Brasil, referências em seus estados de origem, o museu de Arte de Santa Catarina e o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. No intuito de perceber também a relevância da interoperabilidade entre seus sistemas de catalogação, considerando que ambos salvaguardam a mesma tipologia de acervo.

1.1 JUSTIFICATIVA

O modernismo no Brasil surgiu com o marco simbólico da Semana de Arte moderna, no ano de 1922, o evento teve como objetivo de declarar o rompimento com o tradicionalismo cultural, isso incluiu-se desde correntes literárias à manifestações artísticas. "A defesa de um novo ponto de vista estético e o compromisso com a independência cultural do país fazem do modernismo sinônimo de - estilo novo -, diretamente associado à produção realizada sob a influência de 1922" (ITAÚ CULTURAL, 2018)

O surgimento do modernismo no Brasil deu início a implantação de diversos museus voltados a arte moderna, alguns deles intitulados como MAM - Museu de Arte Moderna.

> Os MAMs brasileiros foram implantados num momento em que passávamos por modificações no conceito preservacional, como debates sobre o que, como e por que algumas realizações humanas, seja de um passado remoto, seja até mesmo próximo, mereciam ser tratados como excepcionalidade, ingressando em instituições ou sendo inventariadas. O objetivo destas reflexões é relacionar as tendências encadeadas nas leis patrimoniais com a formação de museus de arte, documentando convergências e interpretando os desvios com o propugnado pela legislação (LOURENÇO, 1999, p. 77).

O Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) foi criado por decreto oficial em 18 de março de 1949, inicialmente intitulado como Museu de Arte Moderna de Florianópolis (MAMF). A formação de seu acervo se deu a partir de movimentações de um grupo de intelectuais, entre eles artistas e escritores, pertencentes ao grupo Sul[4], que formavam o Circuito de Arte Moderna - CAM[5]. Por iniciativa deste grupo é realizada uma exposição de Arte Contemporânea denominada "Exposição de Pintura Contemporânea", realizada em 1948,

[4] Nome dado em função da revista sul publicado entre 1948 a 1957.

[5] Formado por Antonio Paladino, Cláudio Bousfield Vieira, Salim Miguel, Aníbal Nunes Pires, Aldo J. Sagaz, Ody Fraga e Silva, Eglê Malheiros e outros, estes "jovens" modernistas escreviam e debatiam suas ideias vindo a publicá-las no jornalzinho Folha da Juventude (DANIEL, 2012, p. 41).

tendo como mentor o escritor carioca Marques Rebelo (1907 - 1973)[6], a qual deu início a coleção do museu.

Somente no ano de 1970 o MAMF passa a ser denominado MASC, passando desta forma de vínculo municipal a vínculo estadual, e também ampliando seu alcance artístico adquirindo referência em museu de arte do sul do país. Atualmente, o acervo do MASC conta com cerca de 2 mil obras. As quais reúnem-se importantes artistas catarinenses como Eduardo Dias, Malinverni Filho, Martinho de Haro, Hassis, Eli Heil, Meyer Filho, Rodrigo de Haro, Elke Hering, Rubens Oestroem, Fernando Lindote[7], entre outros. O acervo se resume em pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, instalações, fotogravura, impressão, volume e fotografia

Na mesma época de sua criação foram criados os museus de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP) e o Museu de Arte de São Paulo (MASP).

O MASP foi fundado em 1947 na capital paulista, dois anos antes da criação do MASC, pelo empresário Assis Chateaubriand (1892-1968), sendo o primeiro museu de arte moderna do país. O MASP

> é o primeiro museu brasileiro a ser implantado com critérios norteadores de uma política clara no acervo, voltada às ditas obras-primas e de artistas célebres do passado, alicerçada por uma atuação aberta para novas manifestações de época e caras ao moderno, como desenho industrial, moda, comunicação visual, e, também,um terceiro eixo, educacional, igualmente comprometido com o moderno. (LOURENÇO, 1999, p. 97).

O museu contou com o projeto arquitetônico e expográfico projetado por Lina Bo Bardi (1914-1992)[8], e a direção de Pietro Maria Bardi (1900-1999)[9]. Hoje seu acervo é considerado o mais importante de arte europeia do Hemisférios Sul, reunindo mais de 11 mil obras, incluindo pinturas, esculturas, objetos, fotografias, vídeos e vestuário de diversos períodos, abrangendo a produção europeia, africana, asiática e das Américas.[10] Assim como o MASP, o MASC abriga em seu interior uma coleção composta de arte moderna e contemporânea, a qual os classifica como museus de arte. Ambos os museus trabalham com a mesma tipologia de acervo e foram criados na mesma época, com a mesma proposto. Esses dois aspectos em específicos trazem a importância de trabalhar ambos os museus como

[6] Pseudônimo de Eddy Dias da Cruz.
[7] Disponível em < http://www.cultura.sc.gov.br/espacos/masc/acervo > Acesso em 14 de mar. de 2020.
[8] Nascida na Itália foi Arquiteta, designer, cenógrafa, editora, ilustradora. Disponível em < http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1646/lina-bo-bardi > Acesso em 16 de mar. de 2020.
[9] Nascido na Itália foi museólogo, jornalista, crítico de arte e de arquitetura, marchand, pesquisador, historiador da arte e professor. Disponível em < http://institutobardi.com.br/ > Acesso em 16 de mar. de 2020.
[10] Disponível em < https://masp.org.br/sobre > Acesso em 23 de mar. de 2020.

objetos de pesquisa, com a intenção de perceber as semelhanças e diferenças presentes na documentação museológica, de maneira específica, na ficha de catalogação, entre dois museus de arte que foram criados na mesma época, porém em regiões distintas.

O uso de uma padronização aplicada as fichas de catalogação dos respectivos museus, pode possibilitar a interoperabilidade entre seus sistemas de registro de acervo, a qual facilitaria a gestão informacional, proporcionando um acesso mais amplo sobre seu acervo, facilitando a disseminação informacional e a compreensão da mesma não só para profissionais de museus, que teriam um domínio maior sobre seu acervo, mas também para o acesso de seus públicos em geral. Além disso o emprego de uma padronização se torna indispensáveis em realizações de ações de empréstimo e permuta de acervo, pois permite que a interoperabilidade atue como uma ferramenta facilitadora de compreensão dos metadados que compõe o registro de acervos, propiciando o intercâmbio de informações.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Investigar a interoperabilidade semântica nas fichas de catalogação de museus de arte.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Utilizar a literatura para identificar os metadados necessário para compor uma ficha de catalogação.
b) Analisar os metadados que compõe as fichas de catalogação do MASC e MASP, buscando identificar uma padronização.
c) Verificar, a partir do levantamento de metadados existentes em ambas as fichas de catalogação, se a composição das mesmas é suficiente para a atuação da interoperabilidade entre seus sistemas.

1. 3 REVISÃO DE LITERATURA

A área de atuação da documentação museológica, hoje estudada como disciplina nas universidades e aplicada como área de atuação nos museus, percorreu um longo caminho até chegar onde está. Durante 19 anos o conceito de documento vem adquirindo novas

configurações a partir de reflexões teóricas que contribuíram para a construção deste campo, que carrega grande importância não só para a museologia, mas também para a área da Ciência da Informação.

A documentação museológica nasce a partir do surgimento de uma biblioteconomia especializada nos Estados Unidos e da documentação na Europa (SMIT, 2008, p. 15), onde o campo de estudo de ambas propunha trabalhar a organização da informação de forma detalhada.

Nesse cenário de novidade no campo da documentação, temos Paul Otlet [11], uma figura elementar no entendimento da documentação. Otlet acreditava que a disseminação de informação para diversos povos ocasionaria no alcance da paz mundial, de modo a perceber as diferenças culturais e aprender a conviver com elas (SMIT, 2008,). Ele foi o primeiro a trazer uma conceituação sobre documento. Para ele:

> Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica (OTLET, 1937).

Mais tarde, em sua obra Qu'est-ce que la documentation? (1951), Suzanne Briet[12], apresenta uma diferente abordagem acerca do que é documento, pensando que a definição antes posta era bastante vaga e sugere definir documento como "todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual" (BRIET, 1951, p. 1). Em sequência traz um apanhado de referências do que é passível ou não de ser documentado, com o intuito de elucidar sua definição:

> Uma estrela é um documento? Um seixo rolado pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento? Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico (Ibid, p. 1).

A partir desta nova conceituação sobre documento estabelecida por Briet, é possível observar um limite entre objeto/elemento da natureza e documento, trazendo este conceito para outro âmbito de conhecimento. Outro importante teórico para a compreensão do campo da documentação, Michael Buckland [13], foi responsável por resgatar as obras então esquecidas de Otlet e Briet; além disto, trouxe reflexões quanto à documentação em seu livro *Information as thing* (1991), contribuindo de forma considerável para o campo da Ciência da Informação. Buckland, grande admirador da obra de Briet, estrutura um esquema simplificado

[11] Foi um senado e jurista belga com grande influência política (Prêmio Nobel da Paz em 1913).
[12] Documentalista francesa. Foi uma das três bibliotecárias atuando na Biblioteca Nacional da França (SMIT, p. 12).
[13] Teórico no campo da Ciência da Informação.

e objetivo em relação às condições que Brie estabelece para que um objeto se torne documento:

> **Materialidade** – deve haver materialidade, ou seja, somente objetos físicos e sinais físicos podem constituir documentos; **Intencionalidade** – deve haver a intenção de tratar o objeto como evidência de algo; **Processamento** - os objetos devem ser processados, ou seja, devem ser transformados em documentos; **Fenomenologicamente** - os objetos devem ser percebidos na qualidade de documentos (SMIT, 2008, p. 14).

Paul Otlet, considerado o pai da documentação, contribuiu de maneira significativa na construção do campo da documentação, preocupado em solucionar os problemas que envolviam a produção de documentos, buscando formas de preservá-los e classificá-los, assim como construir um conceito que carregasse a palavra documento. A partir da publicação de sua obra *Traité de Documentation* (1934), foi denominado como pioneiro no tratamento da organização documental.

Briet, por sua vez, a partir da conceituação respectiva ao termo documento, amplia a idealização e reformula a conceituação aplicada por Otlet, traçando caminhos opostos ao dele, onde a mesma afirma que " um documento é uma prova em apoio a um fato" (BRIET, 1951, p.1).

Ambos os estudiosos se tornaram cruciais para a introdução da documentação no campo da museologia, possibilitando, até os dias de hoje, através de seus legados, avançar cada vez mais no campo da documentação, proporcionando a esse campo a execução de uma documentação cada vez mais pragmática, possibilitando atender às novas demandas do campo.

Como contribuição no fortalecimento da documentação, no âmbito da Museologia no Brasil, temos como referência Helena Dodd Ferrez[14], documentalista que em 1994 trouxe a seguinte definição sobre documentação museológica:

> A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, [...] as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994, p. 64).

[14] Documentalista, coordenadora de Documentação da Funarte.

Ou seja, a documentação museológica não somente é exercida por meio de informações obtidas através da imagem do objeto, mas também concebidas através de informações que estão para além do nosso olhar.

Ainda nos dias de hoje a documentação museológica carrega uma bagagem de conhecimento que parte do princípio básico da documentação apresentado por Otlet, “selecionar, colecionar, tratar, organizar e disseminar informações presentes em documentos” (SMIT, 2008, p. 19). Com o passar dos anos considera-se o aumento de informações para tanto se faz cada vez mais necessário o tratamento da informação pela documentação, deste modo, a documentação museológica tem como dever se apropriar de novas técnicas que permitam um tratamento de informação cada vez mais objetivo, que contribua na recuperação de informação.

1.4 METODOLOGIA

Será utilizada uma metodologia de análise descritiva de caso, sob uma abordagem comparativa. A partir de uma revisão de literatura, será realizado uma discussão em relação às práticas e metodologias acerca da documentação museológica, de modo a enfatizar os procedimentos sistemáticos que diz respeito a elaboração de uma ficha de catalogação. De maneira sequencial, serão analisadas as fontes primárias, objeto de pesquisa deste projeto, as fichas de catalogação, de ambos os museus a serem trabalhados Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) e Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), com o propósito de perceber uma padronização aplicadas a esses documentos, objetivando desta maneira identificar a atuação de uma interoperabilidade a partir dos metadados estudados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C.; CERVANTES, B. M. N. **A contribuição da organização do conhecimento para a interoperabilidade: alternativas para repositórios institucionais.** Informação @ Profissões, Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 152-170, jun./dez. 2012. Disponível em < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14593/12261> Acesso em: 20 mar. 2020.

BARITÉ, M. **Diccionario de Organización del Conocimiento**: clasificación, Indización, Terminología. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015. 212p.

BRIET, Suzanne. **O que é documentação?** / tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, :Briquet de Lemos / Livros, 2016.

CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação museológica**. Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília/MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

DANIEL, Larissa Chagas. **Revista Sul: as ilustrações e o modernismo plástico em Santa Catarina**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984 - 3968, v.6, n.1, 2012. Disponível em: . Acesso em: 14 mai. 2019.

FERREZ, Helena D. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática**. In: IPHAN. Estudos Museológicos. Rio de Janeiro, 1994. 109 (Cadernos de Ensaios 2).

HARPRING, Patricia. **Introdução aos Vocabulários Controlados**: Terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. Coleção Gestão e Documentação de Acervos: Textos e Referência. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo ACAM portinari.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus acolhem moderno**. São Paulo: Edusp, 1999.

MORO, Fernanda. Camargo. **Museu: aquisição/ documentação**. Tecnologias apropriadas para a preservação dos bens culturais. Rio de Janeiro, 1986.

OTLET, Paul. **Documento e documentação**. Disponível em < http://www.conexaorio.com/biti/otlet/> Acesso em: 23 de mar. 2020.

PADILHA, Renata Cardozo; CAFÉ, Lígia. **A interoperabilidade semântica entre acervos de museus: discutindo o caso dos Museus da Imagem e do Som**. Em Questão, n. 1, v. 23,p. 113-128, 2017.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

SMIT, Joahanna, **Documentação em museus**. Documentação em suas diversas abordagens. MAST Colloquia, V.10. Rio de Janeiro, 2008.

Sites consultados

____.**MODERNISMO** no Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo359/modernismo-no-brasil>. Acesso em: 23 de Mar. 2020. Verbete da Enciclopédia.
ISBN: 978-85-7979-060-7.

____.**LINA Bo Bardi**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1646/lina-bo-bardi>. Acesso em: 23 de Mar. 2020. Verbete da Enciclopédia.
ISBN: 978-85-7979-060-7

____. Espaços. MASC. **O Museu**, 2018. Disponível em: . Acesso em: 14 mai. 2019.

____. Instituto Bardi. **Biografia Pietro**. Disponível em < http://institutobardi.com.br/ > Acesso em 16 de mar. de 2020.

____. MASP. **Sobre o MASP**, Disponível em < https://masp.org.br/sobre > Acesso em 20 mar. 2020.